

Pacheco critica ampliação de ministros do Supremo

Presidente do Congresso Nacional afirma também ser contra proposta que pune institutos de pesquisa. As duas medidas são defendidas por aliados de Jair Bolsonaro (PL), que tenta reeleição

Pacheco critica ampliação de ministros do Supremo

GUILHERME PEIXOTO

Brasília – O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), voltou a se manifestar ontem contra a proposta cogitada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) de aumentar o número de ministros do Supremo Tribunal Federal. "Considero inadequada a proposta de ampliar o número de ministros do STF. Causa-me estranheza que esta pauta seja discutida agora", afirmou o parlamentar pelas redes sociais. "Além disso, toda reforma da Justiça deve ser feita com prudência, responsabilidade e diálogo com o próprio Poder Judiciário, sobretudo o STF", emendou o parlamentar.

No domingo passado, Bolsonaro admitiu ter recebido a sugestão de aliados para aumentar, de 11 para 16, o número de cadeiras no STF. Ele afirmou que poderia "descartar" a ideia de criar mais vagas no STF se a corte "balçasse a temperatura". O chefe do Executivo federal é crítico frequente de decisões da corte desde antes do início da campanha eleitoral. Em seu mandato, o presidente já indicou os ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça. Se for reeleito, poderá indicar mais dois, porque Ricardo Lewandowski e Rosa Weber se aposentaram compulsoriamente em 2023, porque completaram 75 anos de idade.

Em entrevista na terça-feira, Pacheco já havia repudiado a ideia de ampliar o número de magistrados do STF. "Me estranha muito neste momento, exatamente nesse momento, estar se

discutindo um tema dessa natureza, a ampliação de estrutura do Poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal. Me parece que isso é inclusive incoerente com a lógica dos que defendem uma redução da competência do Supremo", afirmou.

"Portanto, me parece um momento inadequado para essa discussão. As discussões relativas a toda e qualquer reforma do Judiciário devem ser feitas com muita prudência, muita responsabilidade, envolvendo inclusive o Poder Judiciário. E algo que afete a estrutura do Supremo Tribunal Federal, é de bom alvitre também que se ouça ministros atuais, ex-ministros do Supremo, para saber o que verdadeiramente é bom para o país", completou o parlamentar.

Nas mensagens pelas redes sociais, ontem, Pacheco também criticou a propostas que defendem a punição de institutos de pesquisa, defendidas por apoiadores do presidente Bolsonaro devido às diferenças dos índices levantamentos com os apontados pelas urnas. "Não é razoável punir institutos de pesquisa e os seus responsáveis por erros. Qualquer intenção de manipulação de dados deve ser coibida na esfera criminal", afirmou. "As pesquisas estabelecem tendências do eleitorado, mas podem haver, naturalmente, diferenças com o resultado eleitoral."

PREFEITOS Rodrigo Pacheco se reuniu na terça-feira com prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte e com o senador



Rodrigo Pacheco (C) e Alexandre Silveira (direita, ao fundo) em encontro com o prefeito de BH, Fuad Noman (último à direita) e outros chefes de Executivo da Grande BH

Alexandre Silveira (PSD), coordenador político da campanha do candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Na pauta, temas importantes para os municípios, como transporte público, obras de infraestrutura e outras demandas locais. Na comitiva estavam os prefeitos de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), e de Contagem, Marília Campos (PT). Participaram também da reunião os prefeitos de Sabará,

Wander Borges (PSB), Nova Lima, João Marcelo Dieguez (Cidadania); Ibririté, William Parreira (Avante); Caeté, Lucas Coelho (Avante); Santa Luzia, Pastor Sérgio (PSD); Vespasiano, Iker Rocha (PSDB), que preside também a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Granbel).

"Fizemos uma reunião para fortalecimento dos municípios da região metropolitana, cujas carências são muitas. Os municípios precisam de apoio do Senado e terão esse apoio", afirmou Rodrigo Pacheco sobre o encontro. Depois de também ouvir as demandas, Alexandre Silveira defendeu a vitória de Lula no segundo turno. "É claro que aproveitamos para mostrar aos prefeitos

que estavam na reunião que eleger o presidente Lula é o melhor caminho para unificar o país, resgatar as políticas sociais e retomar o desenvolvimento econômico. A nossa luta também é pela democracia, pelas instituições livres, por justiça social", afirmou Silveira ao Estado de Minas.

A participação de Silveira nas articulações pró-Lula ganhou força após o primeiro turno da eleição. O senador perdeu a disputa por uma vaga no Senado para Cleitinho Azevedo (PSC). Agora, concentra forças na disputa presidencial. "Gostei de ver a determinação de Alexandre Silveira ao falar da importância da eleição de Lula, e pedir a todos um grande movimento para ampliar a votação dele em Minas Gerais. Es-

tamos juntos neste esforço", comentou Marília Campos.

Alexandre Silveira aposta na influência dos prefeitos para atrair votos para Lula. O senador diz que a estratégia é mostrar a eles uma "comparação" entre os investimentos feitos por Lula e o presidente Jair Bolsonaro em Minas. "Não temos uma grande obra, uma moradia do programa habitacional construída por este governo que está aí. A mensagem é muito clara, assim como a diferença de resultados", afirmou.

Além do tom político da reunião, houve espaço para a discussão de propostas. "Fizemos uma reunião para fortalecimento dos municípios da região metropolitana, cujas carências são muitas. Os municípios precisam de apoio do Senado e terão esse apoio", afirmou Rodrigo Pacheco. A recomposição das perdas da Lei Kandir, que isenta de ICMS empresas exportadoras de produtos primários, foi uma das pautas discutidas. Nas contas de Marília Campos, o prejuízo de Minas por causa das renúncias gira em torno de R\$ 135 bilhões.

A prefeita de Contagem fez menção, ainda, à dívida de quase R\$ 160 bilhões do governo mineiro junto à União. Ela chamou o "passivo" de impagável e disse que o Senado pode auxiliar a destravar o impasse, cuja solução, na visão do governador reeleito Romeu Zema (Novor), passa pela adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. O plano dele, porém, é contestado por deputados estaduais de oposição e servidores, que temem desinvestimentos em políticas públicas e congelamentos salariais.

"Coloquei em discussão o gravíssimo problema do transporte coletivo entre nossos municípios e que pode ser enfrentado com a retoma do transporte via trem de passageiros. A linha férrea chega em 22 cidades da região metropolitana e infelizmente, é utilizada apenas para o transporte de carga", afirmou Marília, ao listar outro problema levado à mesa de debate. (Com agências)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 2